

Dossiê: Batuque e ancestralidade: diálogos entre o popular e o sagrado na cultura

A ginga da memória: Narrativas orais, ancestralidade negra e processos de salvaguarda na Capoeira

Zuleika Stefânia Sabino Roque

Instituto Tecnológico de Aeronáutica

Laboratório de Cidadania e Tecnologia Sociais LabCTS

zuleika@ita.br

Patrícia Cristina da Cruz Sá

Universidade de São Paulo

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação - NIEPHE

patricia_cruz@usp.br

RESUMO

Este artigo discute a capoeira como expressão de resistência, ancestralidade negra e movimento educador a partir das narrativas orais de mestres do município de Jacareí, interior de São Paulo. Ancorada na metodologia da História Oral (PORTELLI, 1997), a pesquisa buscou compreender como os mestres constroem sentidos sobre a prática da capoeira, sua ancestralidade e os processos de salvaguarda enquanto patrimônio cultural imaterial. O estudo evidencia que o reconhecimento da roda de capoeira e do ofício dos mestres pelo IPHAN, embora importante, não garante a sustentabilidade desses saberes diante das condições de vulnerabilidade social e simbólica enfrentadas por seus detentores. As entrevistas revelam ainda tensões entre religiosidades afro-brasileiras e o avanço do neopentecostalismo, que tem provocado adaptações em cantos, rituais e símbolos. Ao articular as perspectivas de Nilma Lino Gomes (2017) e Clóvis Moura (1981), propõe-se compreender a capoeira como movimento educador negro e tecnologia social de emancipação, contribuindo para a transmissão intergeracional de saberes, para a construção de pertencimentos e para a salvaguarda da memória afro-brasileira.

Palavras-chave: Capoeira; História Oral; Ancestralidade Negra; Patrimônio Cultural Imaterial; Movimento Educador Negro.

The *ginga* of memory: Oral narratives, black ancestry, and safeguarding processes in Capoeira

ABSTRACT

This article discusses capoeira as an expression of resistance, Black ancestry, and an educational movement through the oral narratives of masters from the municipality of Jacareí, in the interior of the state of São Paulo, Brazil. Grounded in the methodology of Oral History (PORTELLI, 1997), the research sought to understand how capoeira masters construct meanings around the practice of capoeira, their ancestry, and safeguarding processes as intangible cultural heritage. The study demonstrates that the recognition of the capoeira circle (roda de capoeira) and the masters' craft by IPHAN, although significant, does not guarantee the sustainability of this knowledge in the face of the social and symbolic vulnerabilities experienced by its bearers. The interviews also reveal tensions between Afro-Brazilian religious traditions and the expansion of neopentecostalism, which has led to adaptations in songs, rituals, and symbols. By bringing together the perspectives of Nilma Lino Gomes (2017) and Clóvis Moura (1981), the article proposes understanding capoeira as a Black educational movement and a social technology of emancipation, contributing to the intergenerational transmission of knowledge, the construction of belonging, and the safeguarding of Afro-Brazilian memory.

Keywords: Capoeira; Oral History; Black Ancestry; Intangible Cultural Heritage; Black Educational Movement.

La *ginga* de la memoria: Narrativas orales, ancestralidad negra y procesos de salvaguardia en la Capoeira

RESUMEN

Este artículo analiza la capoeira como expresión de resistencia, ancestralidad negra y movimiento educador a partir de las narrativas orales de maestros del municipio de Jacareí, en el interior del estado de São Paulo. Basada en la metodología de la Historia Oral (PORTELLI, 1997), la investigación buscó comprender cómo los maestros construyen significados en torno a la práctica de la capoeira, su ancestralidad y los procesos de salvaguardia como patrimonio cultural inmaterial. El estudio pone de manifiesto que el reconocimiento de la rueda de capoeira y del oficio de los maestros por parte del IPHAN, aunque relevante, no garantiza la sostenibilidad de estos saberes frente a las condiciones de vulnerabilidad social y simbólica que enfrentan sus portadores. Las entrevistas revelan además tensiones entre las religiosidades afrobrasileñas y el avance del neopentecostalismo, fenómeno que ha provocado adaptaciones en cantos, rituales y símbolos. Al articular las perspectivas de Nilma Lino Gomes (2017) y Clóvis Moura (1981), se propone comprender la capoeira como un movimiento educador negro y una tecnología social de emancipación, contribuyendo a la transmisión intergeneracional de saberes, a la construcción de sentidos de pertenencia y a la salvaguardia de la memoria afrobrasileña.

Palabras clave: Capoeira; Historia Oral; Ancestralidad Afrodescendiente; Patrimonio Cultural Inmaterial; Movimiento Educador Negro.

Introdução

Entre os batuques e as ladainhas, a capoeira expressa uma sabedoria ancestral forjada em contextos de violência colonial, escravização e resistência. Constitui-se como uma prática cultural que articula memória, corporalidade e ancestralidade negra, operando simultaneamente como linguagem estética, ética coletiva e tecnologia de sobrevivência.

No Brasil, a construção das narrativas históricas oficiais esteve frequentemente associada a processos de invisibilização das contribuições de povos indígenas e das populações africanas e afrodescendentes, seja por meio da expropriação de territórios, seja pela marginalização de seus conhecimentos, práticas culturais e formas de organização social (Alencastro, 2000; Noelli, Sallum, 2019). Esses processos estão relacionados à própria formação da sociedade colonial brasileira e às desigualdades produzidas ao longo de sua história. Embora tais dinâmicas tenham assumido características específicas em diferentes regiões, seus efeitos podem ser observados em diversas partes do país, inclusive no estado de São Paulo, onde a população negra desempenhou papel fundamental nos processos econômicos, sociais e culturais, apesar de nem sempre ocupar lugar de destaque nas narrativas históricas predominantes (Moura, 1994).

É nesse contexto que mestres e mestras de capoeira têm atuado como importantes agentes de preservação, circulação e transmissão de saberes construídos ao longo de gerações. No município de Jacareí, essas trajetórias revelam formas particulares de fortalecimento da memória coletiva, de construção de pertencimentos e de valorização de experiências historicamente subalternizadas. Mais do que uma prática cultural, a capoeira constitui um espaço de sociabilidade, aprendizagem e produção de sentidos sobre o passado e o presente, contribuindo para a continuidade de conhecimentos e tradições que permanecem relevantes para a compreensão da história e da diversidade cultural brasileira.

Este artigo resulta de uma pesquisa iniciada em 2018, motivada, inicialmente, pela preocupação com a revalidação do registro da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No Brasil, o reconhecimento oficial de manifestações culturais como patrimônio não ocorre por simples declaração política, mas por meio de procedimentos institucionais amparados por base legal específica. Com a publicação do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, foi instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), estabelecendo-se os fundamentos legais para

que práticas culturais como a capoeira fossem identificadas, documentadas e protegidas pelo Estado brasileiro.

No caso da capoeira, esse processo culminou em 15 de julho de 2008, quando o Conselho Consultivo do IPHAN aprovou a inscrição da “Roda de Capoeira” no Livro de Registro das Formas de Expressão (Inscrição nº 07) e do “Ofício dos Mestres de Capoeira” no Livro de Registro dos Saberes (Inscrição nº 05), reconhecendo essas dimensões como bens integrantes do Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Tal reconhecimento decorreu da elaboração de um dossiê técnico baseado em pesquisa multidisciplinar e na participação de especialistas e representantes da comunidade capoeirística, assegurando seu caráter científico e participativo.

A partir desse registro, a capoeira passou a ser contemplada por políticas públicas de salvaguarda e apoio, em consonância com as recomendações da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO (2003), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006.

Em diálogo com mestres e mestras de capoeira, o estudo buscou compreender como esses sujeitos constroem narrativas sobre ancestralidade, transmissão de saberes, resistência cultural e processos de salvaguarda da capoeira no município de Jacareí. A partir da História Oral, a pesquisa analisa os sentidos atribuídos pelos mestres à prática da capoeira, evidenciando as relações entre memória, patrimônio cultural, espiritualidade e pedagogias decoloniais.

O objetivo deste artigo é analisar como mestres e mestras de capoeira de Jacareí elaboram narrativas sobre a ancestralidade negra e a transmissão dos saberes da capoeira, evidenciando as formas pelas quais essa prática atua como espaço de resistência, formação humana e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

A pesquisa nasceu de um processo de aproximação gradual entre mestres de capoeira e as pesquisadoras autoras, construído por meio de vínculos institucionais e de diálogo comunitário estabelecidos no município de Jacareí. À época, uma das autoras estava à frente do Museu de Antropologia do Vale do Paraíba (MAV), espaço dedicado à valorização das memórias e práticas culturais regionais, enquanto a outra desenvolvia pesquisa de pós-doutoramento com foco no envelhecimento cognitivo e na relação entre práticas corporais, cultura e qualidade de vida.

Nesse percurso, os mestres de capoeira passaram a ser compreendidos não apenas como detentores de um patrimônio cultural imaterial reconhecido pelo Estado, mas também como um grupo social historicamente marcado por condições recorrentes de vulnerabilidade. A informalidade do trabalho, as dificuldades de acesso a direitos previdenciários e a impossibilidade, para muitos, de viver exclusivamente da capoeira revelam contradições entre reconhecimento simbólico e condições materiais de existência (Moura, 1994; Ibge, 2019).

É comum, nesse universo, a mobilização de redes de ajuda mútua — como vaquinhas solidárias e campanhas coletivas — especialmente em situações de adoecimento, envelhecimento ou perda da capacidade laboral. Tais práticas evidenciam a fragilidade das políticas públicas voltadas à proteção social desses sujeitos, apesar do reconhecimento institucional da capoeira como patrimônio cultural (Brasil, 2017).

Diante desse cenário, a pesquisa adotou a História Oral como metodologia central, compreendida não apenas como técnica de coleta de depoimentos, mas como um exercício ético e político de escuta, fundado na igualdade na diferença e na construção compartilhada de sentidos sobre a experiência vivida (Portelli, 1997). Os mestres e mestras de capoeira são, assim, tomados como sujeitos históricos e intérpretes legítimos de suas próprias trajetórias, e não como meras fontes de informação.

A História Oral foi articulada ao uso de instrumentos validados da área da saúde, amplamente empregados em pesquisas sobre qualidade de vida e envelhecimento, com o objetivo de evidenciar, a partir dos próprios corpos e narrativas dos mestres, os benefícios físicos, cognitivos e simbólicos da prática da capoeira (Whoqol group, 1995).¹

Foi no âmbito de rodas de conversa realizadas no MAV, nas quais se discutiam os processos de patrimonialização da capoeira, seus desdobramentos e limites concretos, que a pesquisa se consolidou como um estudo de caso no município de Jacaré. O estudo articula patrimônio cultural, envelhecimento, vulnerabilidade social e resistência,

¹ Parte das reflexões apresentadas neste artigo dialoga com os resultados discutidos por Roque (2025), que analisa a capoeira como tecnologia social articulada às políticas afirmativas e à extensão universitária, enfatizando seu reconhecimento institucional como patrimônio cultural imaterial, bem como os limites e desafios das políticas públicas de salvaguarda frente às condições concretas de vida dos mestres. Ver: ROQUE, Zuleika Stefânia Sabino. *Capoeira: tecnologia social para políticas afirmativas e extensão universitária*. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE – ESOCITE.BR**, 11., 2025, Belém. *Anais eletrônicos do 11º Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade – ESOCITE.BR*. Belém: ESOCITE.BR, 2025. Disponível em: <https://www.11esocite.eventos.dype.com.br/trabalho/view?q=eyJwYXJhbXMiOiJ7XCJJRF9UUkFCQUxIT1wiOlwiNzMxNlwiSIsImgiOiJlMDVlMmQxNjc1ZTgyOTQwYWlyYTO0NGU2YjU5ODcxZCJ9>. Acesso em: 23 dez. 2025.

evidenciando as contradições entre reconhecimento institucional e condições reais de existência dos mestres de capoeira.

Nesse enquadramento, a capoeira é concebida como tecnologia social, movimento educador negro e prática terapêutica não medicamentosa. Essa caracterização não constitui uma projeção teórica externa, mas emerge das narrativas dos próprios mestres, que mobilizam suas experiências corporais, cognitivas e simbólicas para explicar como a capoeira molda trajetórias de vida, produz saúde, fortalece vínculos comunitários, transmite saberes ancestrais e cria estratégias coletivas de enfrentamento às desigualdades sociais.

Por fim, foi esse escopo analítico, aliado à valorização das experiências vividas, que possibilitou a constituição de uma pesquisa-ação, da qual decorreram múltiplos desdobramentos, como a criação de produtos culturais, processos de co-construção e a abertura de novos espaços de protagonismo. Ao mesmo tempo, essas dinâmicas revelaram novas disputas em um território atravessado tanto por tensões internas da própria capoeira quanto por forças externas — como a polarização política, o avanço do neopentecostalismo e movimentos negacionistas — que impactam diretamente as formas de existência, transmissão e reconhecimento da capoeira no contexto contemporâneo.

Fundamentação teórica: batuque, capoeira e sociedade colonial

A capoeira é uma prática que condensa, em sua forma estética, a experiência histórica da diáspora africana. Como lembra Clóvis Moura (1981), as manifestações culturais negras no Brasil constituem formas de resistência ativa — respostas criativas à violência e à exclusão impostas pelo sistema escravocrata e por suas continuidades coloniais.

A capoeira é percebida, neste trabalho, não como herança cultural cristalizada, mas como uma tecnologia corporal historicamente situada, forjada no contexto da escravidão e da experiência cotidiana da violência. Conforme sintetiza Clóvis Moura (1981), apoiando-se em Waldeloir Rego (1968), trata-se de uma técnica de ataque e defesa inventada no Brasil por africanos escravizados e seus descendentes, continuamente reelaborada em função das condições sociais, econômicas e políticas da comunidade que a pratica. Essa leitura desloca a capoeira de leituras essencialistas sobre sua origem africana e a inscreve no campo da agência histórica dos sujeitos negros, enfatizando sua dimensão inventiva e adaptativa. Essa perspectiva dialoga diretamente com a abordagem da História

Oral adotada na pesquisa, na medida em que reconhece a centralidade da experiência vivida, do corpo e da memória como instâncias produtoras de conhecimento histórico, permitindo compreender a capoeira como prática de resistência, aprendizagem e sobrevivência que se transforma ao ritmo das mudanças da sociedade.

As disputas narrativas observadas em Jacareí dialogam com processos mais amplos da história da capoeira no Brasil, especialmente aqueles relacionados à sua institucionalização e legitimação ao longo do século XX. A centralidade atribuída a Mestre Bimba em determinadas narrativas locais remete ao papel que sua trajetória desempenhou no cenário nacional, ao obter, em 1937, o primeiro alvará de funcionamento de uma escola de capoeira, em um contexto marcado pela política cultural do Estado Novo e pela valorização do “nacional”. Tal processo contribuiu para a descriminalização da capoeira e para sua reorganização simbólica como prática aceitável nos marcos institucionais (Rego, 1968; Reis, 1997).

Contudo, como demonstram diversos autores, esse movimento não implicou o rompimento da capoeira com referências culturais historicamente construídas pelas populações afrodescendentes no Brasil. Ao longo de sua trajetória, a capoeira incorporou diferentes influências, experiências e formas de pertencimento, preservando elementos como a musicalidade, a oralidade, a centralidade do corpo e a transmissão intergeracional de saberes. Sua continuidade histórica não decorre da manutenção de um conjunto fixo de características, mas da capacidade de reelaborar tradições e produzir novos significados em contextos sociais distintos. Nesse sentido, as narrativas que situam a passagem de Mestre Paulo dos Anjos como marco fundacional em Jacareí inscrevem-se em uma lógica de memória construída a partir das experiências compartilhadas pelos praticantes, mais vinculada ao reconhecimento coletivo e às trajetórias vividas do que aos processos formais de institucionalização.

É nesse mesmo campo de práticas corporais e expressivas produzidas por populações africanas e afrodescendentes que a capoeira foi, durante longo período, genericamente nomeada e percebida pelas autoridades coloniais. O termo “batuque”, conforme demonstra Clóvis Moura, foi historicamente utilizado de forma ampla para designar diferentes ritmos, danças e práticas corporais, contribuindo para obscurecer a diversidade étnica, cultural e histórica presente nessas manifestações (Moura, 2013). Longe de constituir apenas uma expressão de lazer ou entretenimento, o batuque esteve inserido

em relações complexas de controle, negociação e resistência que marcaram a sociedade escravista brasileira.

Documentos do período revelam que autoridades senhoriais e governamentais compreendiam os batuques como mecanismos eficazes de controle social, na medida em que contribuíam para manter divisões entre diferentes “nações” africanas, evitando processos de fraternização que poderiam resultar em formas mais amplas de resistência coletiva. Como observa Moura (2013), a permissão controlada dos batuques operava como estratégia de segurança urbana, ao renovar rivalidades étnicas e suavizar o cativeiro sem ameaçar a ordem escravocrata.

Essa leitura histórica permite compreender o batuque como campo de disputa política, no qual corpo, ritmo e sociabilidade foram simultaneamente formas de resistência e alvos de gestão colonial — lógica que atravessa, com outras roupagens, o tratamento contemporâneo dispensado a práticas como a capoeira.

Do mesmo modo, a reflexão de Nilma Lino Gomes (2017) amplia o entendimento da cultura negra como movimento educador, capaz de formar consciências e produzir aprendizagens a partir das experiências historicamente construídas pelas populações negras. Nesse sentido, o batuque, o corpo e a roda podem ser compreendidos como espaços de formação humana, nos quais conhecimentos, valores e memórias são compartilhados entre gerações, contribuindo para processos de pertencimento, reconhecimento e participação social.

Esse campo interpretativo se amplia quando considerado à luz de autores do pensamento anticolonial. Aimé Césaire (2020), em seu *Discurso sobre o Colonialismo*, denuncia os processos de desumanização e violência que estruturaram a expansão colonial, chamando atenção para seus impactos duradouros nas sociedades contemporâneas. Frantz Fanon (2022), ao refletir sobre os efeitos do colonialismo na experiência dos sujeitos racializados, contribui para compreender como práticas culturais podem atuar na reconstrução de identidades e na produção de pertencimentos coletivos. Em diálogo com esses autores, Joaze Bernardino-Costa (2024) destaca a importância de reconhecer a diversidade de formas de produção e transmissão de conhecimentos presentes na sociedade brasileira, incluindo aquelas desenvolvidas em contextos historicamente marginalizados. Essas contribuições permitem compreender a capoeira como uma prática cultural forjada nas contradições da sociedade colonial brasileira, na qual processos de

dominação, resistência, negociação e criação coletiva permanecem em constante disputa e reelaboração.

A categoria “Mestre” ocupa posição central na interpretação da capoeira como patrimônio cultural e prática educativa. Diferentemente de uma certificação formal baseada exclusivamente no domínio técnico, a maestria na capoeira constitui um reconhecimento social construído ao longo do tempo, resultado da trajetória, da capacidade de formar novos praticantes, da transmissão de saberes e do compromisso com a comunidade. O mestre é simultaneamente guardião da memória, educador, liderança cultural e mediador entre diferentes gerações. Nessa perspectiva, sua autoridade não deriva apenas da habilidade corporal, mas da legitimidade conquistada no convívio cotidiano, na roda e nas redes de pertencimento que sustentam a continuidade da capoeira. Analisar a atuação dos mestres significa reconhecer formas de produção e circulação de conhecimento historicamente desenvolvidas fora dos espaços escolares e acadêmicos, mas fundamentais para a preservação de patrimônios culturais vivos.

A capoeira constitui-se, assim, um espaço de produção e transmissão de saberes construídos ao longo da experiência histórica da população negra no Brasil. Nela, corpo, memória e comunidade desempenham papel central na circulação de conhecimentos, valores e formas de pertencimento que atravessam gerações. A roda, nesse sentido, ultrapassa a dimensão da prática corporal ou da manifestação cultural, constituindo-se como espaço de sociabilidade, aprendizagem e construção coletiva de significados. Por meio de seus ensinamentos, cantos e narrativas, mestres e mestras contribuem para a preservação de memórias, para a valorização de trajetórias historicamente marginalizadas e para a continuidade de tradições que permanecem fundamentais na constituição da diversidade cultural brasileira.

Metodologia: a escuta como gesto político

A pesquisa baseou-se na História Oral a partir da abordagem proposta por Alessandro Portelli, especialmente conforme desenvolvida no ensaio “Aprendendo um pouquinho” (Portelli, 1997), no qual o autor compreende a entrevista não como instrumento de extração de dados factuais, mas como um exercício de igualdade na diferença, fundado no reconhecimento da alteridade, da experiência e da dimensão ética da escuta.

O relato oral não é avaliado por sua correspondência objetiva com os fatos, mas pelo sentido que os sujeitos atribuem às suas próprias trajetórias, pelas escolhas narrativas que fazem e pelos valores que mobilizam ao contar suas histórias. Essa compreensão orientou toda a pesquisa, conduzindo à valorização dos mestres e mestras de capoeira como coprodutores do conhecimento histórico, cujas formas de falar, silenciar, cantar e corporificar a memória foram respeitadas em seus próprios ritmos e temporalidades.

A pesquisa que fundamenta este artigo integrou um estudo mais amplo sobre envelhecimento, cognição e aspectos socioculturais de Mestres de Capoeira, desenvolvido entre abril de 2019 e agosto de 2023. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob CAAE nº 52794621.9.0000.5594, atendendo às normas vigentes para pesquisas envolvendo seres humanos. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da investigação e participaram voluntariamente mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O presente artigo constitui um recorte de uma investigação mais ampla dedicada à compreensão das condições de vida, dos processos de envelhecimento, da produção de saberes e das estratégias de reconhecimento social de Mestres de Capoeira em diferentes regiões do Brasil. Ao focalizar o município de Jacareí, busca-se compreender como questões observadas em escala mais ampla — como transmissão intergeracional de conhecimentos, patrimonialização, acesso a políticas públicas, envelhecimento e salvaguarda — assumem configurações específicas em um contexto local. Tal recorte permite articular dinâmicas territoriais particulares a debates nacionais sobre patrimônio cultural, cultura popular e reconhecimento dos mestres como sujeitos produtores de conhecimento.

No estudo original foram entrevistados 74 Mestres de Capoeira residentes, predominantemente, na Região Sudeste do Brasil. Para os fins deste artigo, foi realizado um recorte geográfico focalizando os mestres atuantes no município de Jacareí (SP). A seleção dos participantes ocorreu de forma intencional, considerando o reconhecimento de sua trajetória na capoeira e sua inserção na comunidade capoeirista local. Hoje, o município de Jacareí conta com aproximadamente dez mestres de capoeira ativos e para este estudo foram analisadas efetivamente seis narrativas.

As entrevistas foram realizadas em diferentes momentos ao longo da pesquisa. Parte delas ocorreu durante o período de isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19, por meio de plataformas digitais, condição que constituiu apenas o contexto

de coleta dos dados e não o objeto central da investigação. As entrevistas seguiram roteiro semiestruturado composto por questões relacionadas à trajetória na capoeira, processos de formação e atuação como mestre, transmissão de saberes, condições de trabalho, reconhecimento social, envelhecimento e desafios enfrentados ao longo da vida.

Considerando que a pesquisa original possuía como foco principal o envelhecimento, foram incorporados ao corpus documental depoimentos produzidos em outras iniciativas de registro cultural realizadas no município de Jacareí, incluindo projetos contemplados por editais de fomento à cultura e registros audiovisuais vinculados à produção de documentários e materiais de memória desenvolvidos pela comunidade capoeirística local. Foram selecionados os materiais que abordavam trajetórias de formação, transmissão de saberes, memória da capoeira no município e processos de reconhecimento patrimonial, garantindo aderência aos objetivos deste artigo.

O corpus documental analisado foi constituído por três conjuntos principais de fontes. O primeiro corresponde às entrevistas produzidas no âmbito da pesquisa sobre envelhecimento, cognição e aspectos socioculturais de Mestres de Capoeira realizada entre 2019 e 2023. O segundo conjunto é composto por materiais audiovisuais produzidos em iniciativas de registro cultural vinculadas a editais de fomento e à política Cultura Viva. O terceiro reúne entrevistas e registros audiovisuais produzidos em 2025 durante a elaboração de um documentário idealizado e conduzido pelos próprios mestres de capoeira de Jacareí.

A incorporação desses diferentes materiais permitiu ampliar o alcance temporal e geracional da investigação, possibilitando a análise de trajetórias, narrativas de pertencimento, processos de transmissão de saberes e experiências relacionadas à salvaguarda da capoeira no município.

Além das entrevistas, foram aplicados questionários de caracterização socioeconômica e cultural, contemplando informações demográficas, educacionais, econômicas e aspectos relacionados à trajetória dos participantes.

Os dados qualitativos foram submetidos à análise temática de conteúdo, buscando identificar categorias relacionadas à ancestralidade, memória, resistência, transmissão de saberes, reconhecimento social, envelhecimento e salvaguarda da capoeira. Os dados quantitativos foram organizados por meio de estatística descritiva, permitindo caracterizar o perfil dos participantes e contextualizar as narrativas analisadas.

A análise das narrativas orientou-se pelos pressupostos da História Oral, especialmente pelo entendimento de que as entrevistas constituem produções de sentido situadas, atravessadas por disputas de memória, pertencimento e reconhecimento social. Nessa perspectiva, não se buscou verificar a exatidão factual dos relatos, mas compreender os significados atribuídos pelos próprios mestres às suas trajetórias, às formas de transmissão dos saberes da capoeira e aos processos de construção identitária e patrimonial observados no contexto local. As categorias analíticas foram construídas a partir do diálogo entre o referencial teórico e os temas recorrentes identificados nas narrativas.

A roda como espaço de preservação cultural: capoeira, ancestralidade e memória

O primeiro conjunto de entrevistas trouxe a compreensão da capoeira como prática formativa integral também emergindo dos saberes de mestres da cultura popular. Como afirma Mestre Lima: “A capoeira atua na saúde física, na saúde psicológica, na moral. Ela trabalha o ser humano de forma integral”². Essa perspectiva amplia o entendimento da capoeira para além de uma prática corporal, aproximando-a de uma tecnologia social que articula dimensões educativas, culturais e humanas.

Um segundo conjunto de entrevistas e relatos é composto por materiais audiovisuais produzidos no âmbito de editais da política pública “Cultura Viva”, em especial do reconhecimento “Mestre da Cultura Viva”, iniciativa do Ministério da Cultura que visa valorizar mestres e mestras dos saberes tradicionais como sujeitos centrais das políticas culturais, reconhecendo seus conhecimentos, trajetórias e práticas como patrimônio vivo. No município de Jacaré, mestres de capoeira têm se apropriado dessa política não apenas como forma de reconhecimento simbólico, mas também como estratégia de fortalecimento institucional, visibilidade pública e acesso a recursos, produzindo registros audiovisuais que se constituem, simultaneamente, como fonte de pesquisa e como ação de salvaguarda.

Por fim, um terceiro grupo de entrevistas foi realizado em 2025, no contexto da produção de um material audiovisual cujo projeto foi proposto e conduzido pelos próprios mestres de capoeira de Jacaré. Esses registros funcionam como testemunhos de uma curva de aprendizagem coletiva relacionada aos processos de patrimonialização, à gestão

² Entrevista concedida às autoras em Jacaré (SP), em 23 de novembro de 2020

de projetos culturais e ao diálogo com políticas públicas, evidenciando a construção de um plano de salvaguarda informal e territorializado para a capoeira no município. Tal experiência revela-se particularmente significativa diante da ausência, até o presente momento, de ações sistemáticas por parte da Comissão Estadual de Salvaguarda, cujas dinâmicas têm sido atravessadas por disputas externas aos interesses da capoeira e de seus detentores. Assim, o conjunto dessas entrevistas e materiais constitui não apenas um corpus empírico, mas uma experiência exitosa que pode contribuir para o debate sobre políticas de salvaguarda no estado de São Paulo.

A análise das narrativas permitiu identificar como questões consideradas “tradicionais” no universo da capoeira são permanentemente reelaboradas pelos próprios mestres, que, longe de reproduzirem de forma acrítica práticas herdadas, inventam novas tradições a partir de seus repertórios simbólicos, espirituais e ancestrais.

A recorrente referência à Bahia como berço da capoeira, presente em muitas narrativas dos mestres, dialoga com um processo histórico de consolidação simbólica da prática. Abib (2004) demonstra que Salvador e o Recôncavo Baiano se constituíram, ao longo do início do século XX, como espaços de afirmação de um modo específico de ser capoeira, marcado pela africanidade, pela musicalidade e pela religiosidade, tornando-se referência nacional. A análise das narrativas evidencia como essa referência é mobilizada nas narrativas contemporânea, não como reprodução mecânica do passado, mas como estratégia de legitimação, pertencimento e ancoragem identitária, especialmente em contextos locais como o de Jacareí.

A partir da escuta atenta das narrativas, foi possível identificar que as disputas em torno da capoeira não se restringem a questões internas do próprio campo, mas são atravessadas por tensões religiosas e raciais mais amplas. Em diferentes contextos, a capoeira tem sido alvo de tentativas de silenciamento associadas a leituras religiosas que a vinculam às religiões de matriz africana e, por consequência, a práticas consideradas indesejáveis ou moralmente condenáveis (Silva, 2009; Mendonça, 2013).

Essas interpretações dialogam com um conjunto mais amplo de pesquisas que analisam a relação entre capoeira, escola e o avanço de grupos evangélicos pentecostais e neopentecostais no Brasil. Estudos como os de Rigoni (2009), Rigoni e Prodócimo (2013) e Mendonça (2013) demonstram que, para parcelas dessas denominações religiosas, a capoeira é frequentemente percebida como extensão das religiões de matriz africana,

sendo classificada como prática moralmente condenável. Tal percepção resulta, não raramente, em proibições, restrições ou silenciamentos, especialmente no espaço escolar.

A incorporação desse debate permite compreender que as tensões identificadas em Jacareí não são episódicas ou isoladas, mas se inserem em um cenário nacional de disputas simbólicas em torno da cultura corporal negra, no qual a capoeira permanece como território de conflito, resistência e afirmação identitária

Nesse sentido, as falas dos mestres de Jacareí não apenas narram experiências individuais, mas expressam formas situadas de resistência a processos de apagamento simbólico que operam tanto no campo educacional quanto nas políticas públicas. A História Oral, compreendida como exercício de igualdade na diferença (PORTELLI, 1997), permitiu reconhecer essas narrativas como estratégias de afirmação identitária e de enfrentamento do racismo religioso, evidenciando a capoeira como território de disputa, reinvenção e reexistência.

Um exemplo significativo desse processo refere-se ao uso de apelidos, historicamente naturalizado na capoeira como marca de pertencimento ao grupo, mas que, em muitos casos, reproduz estereótipos raciais associados ao corpo negro, à cor da pele ou à animalização, operando como forma de racismo recreativo e de violência simbólica. A metodologia adotada possibilitou compreender que a recusa desses apelidos não constitui um rompimento com a tradição, mas um gesto consciente de ressignificação, ancorado em valores profundos de dignidade, ancestralidade e espiritualidade.

Nesse sentido, as trajetórias de Mestre Aluandê e Mestre Aruanã, em Jacareí, revelam como o abandono de alcunhas pejorativas — “Chocolate” e “Macaco” — e a adoção de nomes concedidos por mães de santo foram por eles compreendidos como importantes processos de ressignificação identitária. Nesses percursos, o nome deixa de funcionar como marca de estigmatização e passa a representar pertencimento, memória e reconhecimento social. A escuta dessas experiências evidenciou que tais escolhas estão associadas a referências culturais e religiosas específicas presentes em suas trajetórias de vida, particularmente vinculadas às religiões de matriz afro-brasileira. Ao mesmo tempo, essas narrativas permitem compreender como diferentes formas de pertencimento, espiritualidade e construção identitária atravessam o universo da capoeira, sem que isso implique a existência de uma única visão de mundo compartilhada por todos os seus praticantes.

Outras narrativas associam a prática da capoeira às experiências vividas em terreiros de religiões afro-brasileiras ou a compreendem como uma importante forma de cuidado corporal, emocional e comunitário. As entrevistas revelam que a capoeira abriga uma diversidade de trajetórias religiosas e visões de mundo, ao mesmo tempo em que preserva referências culturais historicamente vinculadas às experiências da população negra no Brasil. Nesse contexto, a roda configura-se como espaço de aprendizagem, convivência e transmissão de saberes, no qual memórias, valores e tradições são continuamente reelaborados. A escuta das narrativas tornou visíveis os processos pelos quais mestres e mestras negociam mudanças, enfrentam situações de racismo e intolerância religiosa e contribuem para a continuidade de práticas culturais que permanecem significativas para suas comunidades.

É interessante notar ainda como as entrevistas são atravessadas pelo desejo recorrente de narrar como a capoeira transformou a experiência pessoal dos mestres e de seus alunos, evidenciando seu potencial formativo e o papel desses sujeitos na continuidade da capoeira em Jacaré. Trata-se, portanto, de narrativas que articulam biografia, pertencimento comunitário e reconhecimento social, compondo um campo fértil para a análise das relações entre memória, identidade e política cultural.

É importante observar, contudo, que essas falas, em determinados momentos, apresentam-se sobrecarregadas por uma história “plastificada”, construída para validar aquilo que pode ser compreendido como uma narrativa oficial da capoeira. Tal característica não constitui um problema metodológico, mas um dado analítico relevante, pois revela estratégias narrativas mobilizadas pelos mestres na busca por legitimidade, visibilidade e reconhecimento. Nesse sentido, a pesquisa parte do entendimento de que não existe narrativa neutra: toda narrativa é situada, interessada e atravessada por disputas simbólicas.

Essa perspectiva dialoga com Paul Ricoeur (1991), que, ao refletir sobre a constituição do sujeito narrativo, afirma que “descrever, narrar e prescrever — cada momento dessa tríade implica uma relação específica entre constituição da ação e constituição do si” (Ricoeur, 1991, p. 138). Ao narrar suas experiências, os mestres reconhecem a temporalidade de suas trajetórias, a passagem do tempo e a historicidade que marca a si e aos outros. Ainda segundo Ricoeur, é na escala de uma vida inteira que o sujeito busca sua identidade, articulando ações pontuais à coerência narrativa de uma

trajetória mais ampla: “é pela escala de uma vida inteira que o si procura sua identidade” (Ricoeur, 1991, p. 139).

Narrar, portanto, constitui parte fundamental do processo de formação da identidade individual e coletiva. Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Michael Pollak (1989; 1992), para quem a memória coletiva desempenha papel central na construção identitária dos grupos sociais. Ao propor o conceito de enquadramento da memória, Pollak destaca que a memória comum cumpre a função de manter a coesão interna do grupo e de demarcar fronteiras simbólicas, fornecendo “um quadro de referências e de pontos de referência” (Pollak, 1989, p. 7). Esse enquadramento é continuamente alimentado por produções acadêmicas, narrativas orais, registros materiais e imateriais, podendo ser reinterpretado e combinado a múltiplas referências (Pollak, 1989, p. 8).

Para o autor, existe uma relação estreita entre memória e sentimento de identidade, entendida como a imagem de si construída ao longo da vida, tanto para si quanto para os outros (Pollak, 1992, p. 205). Esse processo pode ser vivenciado diretamente ou herdado, sustentado por diferentes suportes e acionado conforme as necessidades do presente. No caso da capoeira, essas referências ao passado emergem na evocação de mestres antigos, de linhagens e de experiências compartilhadas, compondo um repertório simbólico que legitima trajetórias individuais e coletivas.

Nesse contexto, observa-se que os mestres de capoeira em Jacareí frequentemente articulam suas formações por meio da referência a nomes reconhecidos no universo da capoeira. A recorrente menção a Mestre Paulo dos Anjos, que atuou na cidade na década de 1970, constitui exemplo significativo desse processo. Muitos mestres contemporâneos constroem suas narrativas posicionando-se como aprendizes ou herdeiros simbólicos desse mestre, mobilizando sua figura como elemento de validação histórica e identitária. Não cabe a esta pesquisa determinar quem foi ou não discípulo direto de Mestre Paulo dos Anjos, mas compreender como os capoeiristas lançam mão de estratégias e táticas narrativas na busca por legitimação de suas histórias.

No contexto de Jacareí, a escuta das narrativas revelou a existência de um campo de disputas em torno da memória da chegada da capoeira ao município. De um lado, há narrativas que enfatizam a introdução da prática a partir da atuação de um professor de Educação Física, ex-aluno de Mestre Bimba, responsável pela institucionalização da capoeira na primeira academia da cidade. De outro, emergem narrativas que tensionam essa versão e atribuem centralidade à passagem de Mestre Paulo dos Anjos, capoeirista

que, ainda que tenha permanecido por curto período em Jacareí, é lembrado como responsável pela formação de um núcleo inicial de capoeiristas que passaram a ensinar e difundir a prática no município.

Essa segunda perspectiva aparece com nitidez na narrativa de Mestre Sampaio, ao reconstruir a sucessão entre Paulo dos Anjos e Josias:

No final de 1978 ele [Paulo dos Anjos] deixou a academia a cargo do mestre Josias, que até então não era um mestre, era um aluno. E esse que manteve o legado do mestre Paulo dentro de Jacareí. Porque o mestre Paulo mesmo ficou aqui pouco tempo dando aula em Jacareí. Ele vinha esporadicamente, porque ele tinha o Anjo de Angola em São José dos Campos. Então ele vinha alternadamente aqui. Mas o responsável da capoeira de Jacareí é o mestre Josias³.

Essa narrativa encontra eco no relato de Mestre Raimundinho, que reconstrói seu percurso formativo entre Jacareí e São José dos Campos, evidenciando a conexão direta entre Josias e Paulo dos Anjos:

Mas esse aluno dele, que era o Josias, ele começou a treinar lá em São José dos Campos, com mestre Paulo dos Anjos, que era mestre do Edson. Aí ele me encontrou um dia na rua, perguntou se eu não queria ir para lá, [São José dos Campos] para a academia do mestre Paulo dos Anjos. E aí eu fui, ia para lá duas vezes por semana, fiquei treinando lá. [...] Foi quando mestre Paulo dos Anjos, em 1977, ele abriu a outra academia, aqui em Jacareí, chamada Princesa Isabel. [...] E aí, mestre Paulo dos Anjos, em 1980, retornou para Bahia, né? E aí ele formou Josias a professor⁴.

A fala de Raimundinho acrescenta camadas à memória anteriormente apresentada por Sampaio, ao evidenciar que a permanência de Josias em Jacareí não se deu de forma isolada, mas ancorada em um processo formativo diretamente vinculado a Paulo dos Anjos. A genealogia, nesse contexto, não é apenas evocada como símbolo, mas reconstruída como percurso vivido, atravessado por deslocamentos territoriais, festas de batizado, trocas de estilo — da regional à Angola — e processos de formação que articulam cidades e linhagens.

Essas narrativas não devem ser compreendidas como versões excludentes ou como problema a ser resolvido pela pesquisa, mas como expressões de diferentes estratégias de legitimação, pertencimento e reconhecimento. À luz do conceito de enquadramento da

³ Entrevista concedida às autoras em Jacareí (SP), em 8 de dezembro de 2025.

⁴ Entrevista concedida às autoras em Jacareí (SP), em 20 de dezembro de 2025.

memória (Pollak, 1989), observa-se que tais disputas revelam modos distintos de inscrever a capoeira na história local, ora privilegiando sua entrada por vias institucionais e educativas, ora afirmando a centralidade da transmissão oral, da convivência e do reconhecimento mútuo entre pares. Nesse sentido, lembrar quem “trouxe” a capoeira a Jacareí é também afirmar projetos de capoeira, pedagogias e formas de existir no mundo.

Essa busca por legitimação pode ser compreendida como resquício de uma necessidade histórica de garantir a própria existência social e simbólica. Em contextos marcados pela marginalização e pelo apagamento, lembrar torna-se um ato político: lembrar é existir, e existir é resistir. Assim, as narrativas dos mestres, mesmo quando tensionadas entre memória vivida e memória enquadrada, revelam-se fundamentais para compreender a capoeira como prática cultural, pedagógica e política em permanente processo de construção.

A permanência na prática, a frequência da vivência e o investimento afetivo emergem nas narrativas dos mestres como elementos estruturantes da memória e, não raramente, como fatores que definem aquilo que passa a ser reconhecido como patrimônio. Conforme observa Françoise Choay (2006), ao acionar a memória afetiva e a dimensão sagrada das obras humanas, o patrimônio adquire um sentido que ultrapassa o valor material ou institucional, ancorando-se na experiência vivida e na continuidade simbólica. As entrevistas evidenciam esse processo quando os mestres associam a capoeira à própria constituição de suas trajetórias de vida, como expressa Mestre Aluandê ao afirmar que “a capoeira me ajudou a me tornar quem eu sou hoje”, ou quando Mestre Narciso sintetiza sua experiência ao dizer que “o que eu tenho hoje de saúde, foi a capoeira que me deu”. Tais enunciados revelam como a prática reiterada e incorporada transforma a capoeira em referência existencial, sacralizada pelo afeto e pela vivência cotidiana.

Nesse movimento, as narrativas dos mestres também ilustram o que Candau (2014) compreende como estratégias identitárias acionadas no ato de narrar: ao rememorar, os sujeitos selecionam acontecimentos, organizam temporalidades e atribuem coerência às próprias trajetórias, produzindo sentidos sobre si e sobre o grupo ao qual pertencem. A evocação recorrente de experiências fundadoras, de mestres do passado e de vínculos duradouros com a prática evidencia escolhas narrativas que reforçam pertencimentos e legitimidades, ao mesmo tempo em que silenciam ou reorganizam outros aspectos da experiência. Assim, memória, identidade e patrimônio se articulam nas narrativas da capoeira não como dados fixos, mas como construções em disputa, nas quais lembrar é

também afirmar a existência, demarcar lugares de pertencimento e reivindicar a continuidade de espaços vivos de memória.

A capoeira, mais do que uma manifestação cultural, constitui um espaço de produção, preservação e transmissão de saberes construídos ao longo de gerações. Em seus cantos, gestos, rituais e formas de sociabilidade encontram-se conhecimentos relacionados à memória, à ancestralidade, à identidade cultural e às experiências históricas da população afro-brasileira. A transmissão desses saberes ocorre por meio da oralidade, da corporeidade e da convivência entre mestres e aprendizes, conferindo ao Mestre de Capoeira um papel central na formação humana, cultural e social dos praticantes. Nesse contexto, a roda de capoeira configura-se como um espaço de aprendizagem, pertencimento e compartilhamento de experiências, no qual conhecimentos, valores e tradições são continuamente recriados e transmitidos.

Com base em Nilma Lino Gomes (2017), compreende-se a capoeira como parte de um movimento educador negro, que elabora estratégias de formação e consciência política desde os territórios populares. Para Clóvis Moura (1981), essas práticas devem ser lidas como ação insurgente, e não como simples folclore. Nas palavras dos mestres a capoeira é aprendido para o dia a dia, ensina sobre respeito, coletividade e sobretudo amplia o sentido de resistência. Ainda que nem sempre formulada em termos explicitamente políticos, essa aprendizagem cotidiana se expressa em práticas que tensionam o racismo estrutural e o racismo religioso. A escolha dos nomes na capoeira, a recusa de apelidos pejorativos e a adoção de denominações vinculadas a matrizes afro-religiosas — como Aluandê e Aruanã — configuram gestos pedagógicos que afirmam ancestralidade, espiritualidade e pertencimento negro, operando como formas sutis, porém potentes, de educação antirracista.

A capoeira, enquanto prática educativa, extrapola os limites da aprendizagem técnica, configurando-se como um saber voltado à vida cotidiana. Como aponta Mestre Sampaio: “O mais importante do universo da capoeira é que ela te ensina a lidar com o dia a dia⁵”. Tal perspectiva evidencia seu potencial formativo no desenvolvimento de competências sociais, emocionais e éticas.

⁵ Entrevista concedida às autoras em Jacaréi (SP), no dia 23 de novembro de 2020.

Cada roda de capoeira é um ato pedagógico e político, um espaço de afirmação da vida. Essa dimensão insurgente aparece de forma contundente na narrativa de Mestre Aluandê, ao refletir sobre a origem e o sentido histórico da capoeira:

A capoeira nasceu como ato de liberdade, um poder muito gigante, e muitas pessoas tentam apagar esse passado, tentam não falar disso. Mas é muito importante saber como a capoeira foi criada e o que foi colocado nela. [...] Se eu quiser estudar sobre o instrumento, instrumento é instrumento, mas o que ele significa na religião é outra coisa. Se eu nego isso, eu mato minha história e mato o meu povo. [...] A capoeira trabalha dessa forma como energia, em primeiro lugar, energia pura. [...] Hoje como resistência ainda, porque todos esqueceram porque a capoeira foi criada e contra quem ela lutava. E nós lutamos até hoje⁶.

A fala de Aluandê explicita aquilo que a literatura crítica identifica como pedagogia insurgente. Ao afirmar que negar os fundamentos espirituais da capoeira seria “matar sua história e seu povo”, o mestre desloca o debate da esfera cultural para o campo ontológico. A dimensão espiritual e cosmopolítica se torna ainda mais evidente quando considerada à luz da pedagogia das encruzilhadas proposta por Luiz Rufino (2019). Para o autor, a roda constitui-se como um terreiro em movimento, um espaço que se reinventa a cada encontro e que mobiliza forças ancestrais por meio de gestos, cantos, rituais e mandingas. Como afirma:

A roda codifica-se como terreiro independente de sua permanência em um único espaço, é uma espécie de terreiro não fixo, podendo hoje estar aqui e amanhã acolá. [...] Toda essa ritualização não só inicia os jogos invocando os domínios ancestrais como também saúda o chão, inventa o terreiro e, por consequência, o mundo. (RUFINO, 2019, p. 114)

Essa perspectiva permite compreender a roda de capoeira como espaço de invenção ontológica que produz mundo, memória e comunidade. Ao dialogar com as reflexões anticoloniais de Césaire (2020) e Fanon (2022) e com o movimento educador negro analisado por Gomes (2017), Rufino contribui para evidenciar que a pedagogia da capoeira envolve não apenas transmissão técnica, mas um modo de existir que articula corpo, ancestralidade e criação coletiva.

A compreensão da roda como terreiro não se apresenta apenas como formulação teórica, mas emerge também nas narrativas dos próprios mestres, que descrevem a

⁶ Entrevista concedida às autoras em Jacaréi (SP), em 8 de dezembro de 2025.

experiência da musicalidade e da energia coletiva como dimensão transformadora da prática. Ao refletir sobre a força do canto e do toque do berimbau, Mestre Wilson afirma:

A música é muito atraente, a partir dela ela faz com que você se transporte. Quando começa a tocar o berimbau, quando começa a cantar uma ladainha, parece que muda o ambiente. Você entra em outra energia, você se conecta com uma coisa maior⁷.

A fala de Mestre Wilson evidencia que a roda não é compreendida apenas como espaço de aprendizagem técnica, mas também como ambiente de construção de vínculos, pertencimentos e significados compartilhados. Em sua narrativa, elementos como o canto, a musicalidade, a memória e a convivência coletiva conferem à roda um sentido que ultrapassa a dimensão esportiva ou performática da prática. Nessa perspectiva, a roda torna-se um espaço de encontro, transmissão de saberes e fortalecimento de laços comunitários, no qual diferentes experiências individuais e coletivas são continuamente reelaboradas.

Ao dialogar com as reflexões de Césaire (2020), Fanon (2022) e Gomes (2017), é possível compreender que a capoeira envolve não apenas a aprendizagem de movimentos e técnicas corporais, mas também processos de formação humana, construção de pertencimentos e circulação de memórias. As narrativas dos mestres revelam que esses processos podem assumir diferentes significados culturais, identitários e religiosos, refletindo a diversidade de trajetórias presentes no universo da capoeira.

É precisamente essa diversidade de significados que aparece nas disputas contemporâneas observadas pelos entrevistados. Em determinados contextos, surgem tensões relacionadas à presença de referências associadas às religiões de matriz afro-brasileira em cantigas, símbolos e rituais da capoeira. As entrevistas registram diferentes posicionamentos diante dessas questões, incluindo adaptações em repertórios musicais, alterações em determinadas práticas e interpretações distintas sobre o papel da religiosidade na capoeira. Tais disputas evidenciam não apenas conflitos em torno da prática, mas também debates mais amplos sobre identidade, memória e pertencimento.

As pesquisas desenvolvidas por Rigoni (2009), Rigoni e Prodócimo (2013), Silva (2009) e Mendonça (2013) demonstram que, especialmente no contexto escolar, a capoeira tem sido alvo de situações de intolerância e racismo religioso, frequentemente associadas

⁷ Entrevista concedida às autoras em Jacareí (SP), em 8 de dezembro de 2025.

à vinculação automática da prática às religiões de matriz africana. Essas ações incluem desde a proibição explícita da participação de estudantes até formas mais sutis de restrição ou silenciamento. Ao mesmo tempo, as narrativas analisadas revelam que a capoeira abriga praticantes vinculados a diferentes tradições religiosas e visões de mundo, característica que contribui para sua permanência histórica e para sua capacidade de dialogar com distintos contextos sociais e culturais.

Em diferentes contextos educativos e comunitários, a presença dos mestres de capoeira revela o potencial da capoeira como tecnologia social, pedagógica e de cuidado coletivo. As rodas, oficinas e vivências conduzidas por esses mestres criam espaços de formação nos quais saberes corporais, históricos e espirituais são transmitidos de forma integrada, reafirmando a capoeira como prática de pertencimento, resistência e produção de vida. Trata-se de uma educação que se realiza no corpo, no canto, na escuta e no axé, sem mediações hierarquizantes, afirmando os mestres como sujeitos produtores de conhecimento e não como meros transmissores de uma tradição folclorizada.

Ao acompanhar as trajetórias dos mestres de capoeira em Jacareí, a pesquisa evidencia que esses princípios não se restringem ao plano teórico, mas se materializam nas relações cotidianas entre mestres, comunidades e políticas públicas. O processo de escuta permitiu compreender como os mestres produzem leituras próprias do Estado, negociam com o poder público e reivindicam reconhecimento sem abrir mão de seus fundamentos culturais e espirituais.

A capoeira também se estrutura como prática coletiva, baseada na interdependência e na construção compartilhada do conhecimento. Nesse sentido, Mestre Sampaio destaca: “Eu não jogo numa roda de capoeira se eu não tiver um parceiro⁸”. Essa lógica aproxima a capoeira de metodologias participativas, como aquelas presentes na extensão universitária e nas tecnologias sociais.

As entrevistas revelam que as relações entre capoeira, ancestralidade e religiosidade são marcadas por diferentes interpretações e experiências. Enquanto alguns mestres estabelecem vínculos significativos entre a prática da capoeira e referências oriundas das religiões de matriz afro-brasileira, outros constroem sua trajetória a partir de distintas tradições religiosas. Essa diversidade, contudo, não elimina as tensões existentes. Estudos recentes demonstram que, diante do crescimento de grupos evangélicos pentecostais e

⁸ Entrevista concedida às autoras em Jacareí (SP), em 23 de novembro de 2020.

neopentecostais, a capoeira é frequentemente associada às religiões afro-brasileiras e, por essa razão, classificada como prática incompatível com determinados valores religiosos (Rigoni, 2009; Rigoni, Prodócimo, 2013; Cid, 2017). Nesses contextos, a categoria “racismo religioso” mostra-se particularmente relevante para compreender as formas de discriminação dirigidas não apenas às religiões de matriz africana, mas também às práticas culturais, memórias e modos de vida historicamente associados à população negra.

Conforme argumenta Miranda (2021), a categoria “racismo religioso” emerge como chave analítica e política mais precisa, ao evidenciar que o alvo dessas violências não é apenas a religião, mas os modos de vida e as expressões culturais historicamente vinculadas à população negra. Essa compreensão aproxima-se da leitura de Camurça e Rodrigues (2022), para quem o racismo religioso constitui uma das expressões do racismo estrutural, incidindo sobre práticas que extrapolam o espaço dos terreiros, como é o caso da capoeira. As narrativas dos mestres revelam que essas tensões têm produzido adaptações e negociações em cantos, símbolos e formas de expressão cultural. Contudo, longe de descaracterizar a capoeira, tais processos evidenciam sua capacidade histórica de resistência, reinvenção e continuidade, permitindo que diferentes gerações e distintas visões de mundo encontrem na roda um espaço de convivência, aprendizagem e compartilhamento de saberes.

No campo da capoeira, o racismo religioso pode assumir formas diversas, incluindo disputas internas relacionadas à presença de referências afro-brasileiras em cantigas, símbolos e rituais. As entrevistas mostram que alguns grupos têm promovido adaptações inspiradas por determinadas interpretações religiosas cristãs, enquanto outros defendem a preservação dessas referências como parte importante da trajetória histórica da capoeira. Essas tensões evidenciam que a prática permanece atravessada por debates sobre memória, identidade e pertencimento.

No contexto de Jacareí, tais processos aparecem sobretudo como disputas simbólicas entre diferentes formas de compreender e vivenciar a capoeira. As transformações observadas nas narrativas não expressam apenas divergências religiosas, mas também diferentes interpretações sobre a história da prática, suas referências culturais e seus modos de transmissão. Nesse cenário, a capoeira revela sua capacidade de acomodar múltiplas visões de mundo, ao mesmo tempo em que permanece como espaço de debate, negociação e construção coletiva de significados.

Recentemente, foi aprovado em Jacareí o Projeto de Lei nº 42/2025, que reconhece o caráter educacional e formativo da capoeira, permitindo a celebração de parcerias para seu ensino nos estabelecimentos de educação básica. Essa conquista resulta da mobilização histórica das comunidades de capoeira e da crescente articulação entre educação, cultura e políticas de preservação do patrimônio imaterial. Ao reconhecer a capoeira como prática formativa, o município contribui para ampliar a presença de saberes e experiências historicamente pouco valorizados nos currículos escolares, favorecendo o contato dos estudantes com diferentes dimensões da história e da cultura afro-brasileira. Nesse sentido, a iniciativa fortalece ações voltadas à valorização da diversidade cultural e amplia as possibilidades de efetivação da Lei Federal nº 10.639/2003, especialmente no que se refere ao reconhecimento das contribuições da população negra para a formação da sociedade brasileira.

O fortalecimento institucional da capoeira cria ainda um campo fértil para que mestres e mestras ampliem sua atuação como educadores, portadores de memória e agentes de transformação social, reafirmando essa prática como território vivo de produção de conhecimento e construção de cidadania.

Outras políticas municipais reforçam esse movimento. A Lei nº 6.252/2019, que institui a Semana Municipal da Capoeira, e a Lei nº 5.648/2012, que inclui no calendário oficial o Dia Municipal da Capoeira, somam-se à política municipal de Cultura Viva, voltada ao reconhecimento de mestres e mestras de saberes tradicionais. Nesse âmbito, o município já certificou mais de dez mestres de capoeira como Mestres Cultura Viva, consolidando um processo institucional de legitimação da capoeira como patrimônio vivo e parte indissociável da história local.

Destaca-se ainda a criação, em 2019, de uma cadeira específica para a capoeira no Conselho Municipal de Políticas Culturais. A presença desse segmento no conselho constitui um marco histórico, pois garante voz, representação e poder deliberativo a uma prática cultural por séculos marginalizada e criminalizada pelo Estado brasileiro. Nesse espaço, a capoeira deixa de ser apenas objeto e passa a ser sujeito das políticas públicas, influenciando diretamente a formulação, implementação e avaliação das ações culturais do município.

Assim, o conjunto dessas políticas funciona como mecanismo de reparação simbólica — ainda que parcial — ao fortalecer a circulação de saberes negros e a continuidade das tradições. Para além das celebrações, cria-se um ecossistema que

favorece a presença atuante da capoeira nas escolas, nos equipamentos culturais, nas praças e nos processos decisórios. A luta da comunidade de capoeira em Jacareí demonstra como políticas públicas podem se tornar instrumentos de afirmação identitária, disputa de narrativas e construção de cidadania cultural.

Resultados e implicações sociais: a salvaguarda da capoeira como patrimônio e política de memória

Os resultados da pesquisa indicam que a salvaguarda da capoeira em Jacareí transcende o registro institucional e se constitui como um processo de reconstrução identitária e política. Mais do que beneficiários de políticas de patrimônio, os mestres de capoeira atuaram como agentes ativos na definição dos sentidos da salvaguarda, negociando com instituições públicas, produzindo narrativas sobre sua própria história e tensionando os limites do reconhecimento estatal. Como desdobramento de uma pesquisa-ação, a elaboração de um plano local de salvaguarda e a produção de um documentário permitiram que os mestres se afirmassem como autores de sua própria história, redefinindo o papel do patrimônio como campo de luta e reconhecimento.

Mais do que beneficiários de políticas de patrimônio, os mestres de capoeira atuaram como agentes ativos na definição dos sentidos da salvaguarda, negociando com instituições públicas, produzindo narrativas sobre sua própria história e tensionando os limites do reconhecimento estatal.

A escuta das narrativas revelou vulnerabilidades, como a dificuldade de acesso a editais, a ausência de direitos trabalhistas e o envelhecimento em contextos de precariedade. Ao mesmo tempo, evidenciou potências expressas no desejo de aprender, de se organizar coletivamente e de ocupar espaços públicos e educacionais. Nesse contexto, a capoeira constitui um importante espaço de formação humana, transmissão de saberes e fortalecimento comunitário, contribuindo para processos de reconhecimento, autonomia e participação social construídos pelos próprios mestres e praticantes ao longo de suas trajetórias.

As tensões religiosas identificadas nas narrativas dos mestres dialogam com um conjunto de estudos que têm evidenciado processos de silenciamento da capoeira em contextos institucionais, especialmente no campo educacional. Silva (2009) aponta que, ao

ser incorporada em espaços como a escola, a capoeira passa a ser frequentemente compreendida como manifestação cultural ou esportiva, o que favorece sua legitimação pública, mas implica, ao mesmo tempo, o apagamento de seus sentidos religiosos e cosmológicos. Esse processo, definido pelo autor como “culturalização”, consiste na substituição da dimensão religiosa por uma leitura cultural neutra, eliminando aquilo que é percebido como mágico ou espiritual, sobretudo quando associado às religiões de matriz africana.

No contexto específico de Jacaré — marcado por disputas em torno da memória local, pela presença ativa de comunidades de capoeira e por recentes avanços normativos no reconhecimento da prática — essas tensões assumem contornos próprios, ainda que dialoguem com processos observados em escala nacional.

Conforme explicitado nos Pareceres Técnicos que instruem o processo de Registro da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira, o reconhecimento enquanto Patrimônio Cultural do Brasil fundamenta-se na descrição da complexidade histórica, social e simbólica do bem cultural, bem como na identificação de seus principais atores, significados e processos de transmissão, conforme previsto no Decreto nº 3.551/2000 e na Resolução IPHAN nº 001/2006.

Esses documentos reconhecem a centralidade da oralidade, da corporalidade, da ancestralidade e da dimensão simbólica da capoeira, ao mesmo tempo em que apontam desafios para a efetivação das ações de salvaguarda, especialmente no que se refere às condições materiais de existência dos mestres e às disputas que atravessam a circulação social da prática. Nesse sentido, embora o Registro assegure visibilidade institucional e fundamento legal para políticas públicas, ele não elimina as tensões históricas que incidem sobre a capoeira, entre elas aquelas relacionadas à moralização religiosa, à esportivização e à tentativa de dissociação de seus fundamentos afro-brasileiros.

Pesquisas etnográficas posteriores demonstram que essa lógica se articula, não raramente, à “esportivização” da capoeira como estratégia de enfrentamento — ou ocultamento — da intolerância religiosa no cotidiano escolar (PEREIRA, 2019). Longe de neutralizar conflitos, tais processos tendem a reproduzir hierarquias raciais e epistêmicas, reafirmando a marginalização dos saberes afro-brasileiros e incidindo diretamente sobre as formas de transmissão da capoeira.

Salvaguardar, portanto, significa garantir o direito à memória e à continuidade das existências negras, reconhecendo os mestres como intelectuais e educadores de um Brasil que insiste em resistir, dançar e criar.

Conclusão

As narrativas dos mestres entrevistados evidenciam que a salvaguarda da capoeira ultrapassa os processos formais de reconhecimento institucional, constituindo-se como prática cotidiana de transmissão de saberes, construção de pertencimentos e preservação de memórias. Salvaguardar, nesse sentido, significa manter vivos conhecimentos, experiências e trajetórias que se renovam continuamente por meio do ensino, da convivência e da participação nas comunidades capoeiristas.

A capoeira revela-se, assim, como um importante espaço de formação humana, circulação de conhecimentos e fortalecimento de vínculos coletivos. Por meio da roda, da musicalidade, da oralidade e da convivência entre diferentes gerações, mestres e praticantes contribuem para a continuidade de saberes historicamente construídos pela população negra no Brasil, reafirmando a relevância da capoeira para a compreensão da diversidade cultural brasileira.

Os resultados da pesquisa demonstram que a salvaguarda da capoeira constitui também uma aposta no futuro, na medida em que fortalece processos de transmissão intergeracional, amplia possibilidades de participação social e contribui para a valorização de experiências historicamente pouco reconhecidas. Nas ruas, escolas, praças, associações e demais espaços de prática, a capoeira continua produzindo aprendizagens, memórias e formas de pertencimento que conectam passado, presente e futuro.

Ao evidenciar as tensões religiosas que atravessam a prática da capoeira, este estudo reafirma que os desafios relacionados à sua salvaguarda não se limitam ao reconhecimento institucional, mas envolvem disputas em torno da memória, da identidade e da legitimidade de diferentes formas de expressão cultural. Nesse contexto, a categoria de racismo religioso, conforme discutida por Miranda (2021) e Camurça e Rodrigues (2022), mostrou-se relevante para compreender processos de discriminação que atingem não apenas religiões de matriz africana, mas também práticas culturais e modos de vida historicamente associados à população negra.

Ao articular as narrativas dos mestres de Jacareí com a produção acadêmica recente, observou-se que a continuidade da capoeira depende tanto de políticas públicas de valorização do patrimônio cultural quanto da atuação cotidiana de mestres e comunidades responsáveis pela transmissão de seus saberes. As disputas em torno da memória da capoeira no município não se restringem ao passado, mas influenciam os modos contemporâneos de ensinar, praticar e atribuir significados à capoeira. Nesse processo, diferentes trajetórias, interpretações e formas de pertencimento coexistem e negociam sentidos sobre a prática, evidenciando a vitalidade e a capacidade de renovação que caracterizam a capoeira ao longo de sua história.

Referências

ABIB, P. R. J. *Capoeira Angola: cultura popular e o jogo de saberes na roda*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2004.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Convergências entre intelectuais do Atlântico Negro: Guerreiro Ramos, Frantz Fanon e Du Bois. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 ago. 2000.

BRASIL. Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006. Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada pela UNESCO em 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 abr. 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Registro da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil*. Brasília: IPHAN, 2008.

BRASIL. _____. *Patrimônio cultural imaterial: salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira*. Brasília: IPHAN, 2017.

BRASIL. _____. *Registro da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira*. Processo de reconhecimento no Livro de Registro das Formas de Expressão e no Livro dos Saberes, 21 out. 2008.

CAMURÇA, M.; RODRIGUES, O. S. O debate acerca das noções de “intolerância religiosa” e “racismo religioso” para a compreensão da violência contra as religiões afro-brasileiras. *Revista OQ*, Salvador, n.6, p. 05 -30, jan. 2022. Disponível em: <https://kn.org.br/oq/wp-content/uploads/2022/02/Revista-OQ-n.6-Jan-2022-final.pdf> Acesso em: 23 dez. 2025.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2006.

CID, G. da S. V. Notas sobre a religiosidade no imaginário da capoeira. *Revista Calundu*, Brasília, n. 1, v. 2, 2017. Disponível em: <https://calundu.org/wp-content/uploads/2017/12/03-artigo-gabriel.pdf> . Acesso em: 22 dez. 2025.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

MENDONÇA, Giuliano Pablo Almeida. *Capoeira na escola: análise e reflexões acerca de sua legitimação nas aulas de Educação Física das escolas estaduais da DIREC 13 – Jequié- Bahia*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2013.

MENDONÇA, _____. *Capoeira e intolerância religiosa: conflitos e disputas simbólicas entre capoeira e representações evangélicas no contexto escolar*. 2013. Tese (Doutorado em Educação Física) — Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2013.

MIRANDA, A. P. M. A “política dos terreiros” contra o racismo religioso e as políticas “cristofascistas”. *Debates do NER*, Porto Alegre, n. 21, v.40, p.17-54, ago./dez., 2021.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Editora 34, 1981.

MOURA, _____. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MOURA, _____. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1994.

NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Paulo Henrique. Apagamento indígena e arqueologia no estado de São Paulo. *Clio Arqueológica*, Recife, v. 34, n. 2, 2019.

PEREIRA, Vinícius Oliveira. A capoeira e a escola: um olhar etnográfico. *Periferia*, v. 11, n. 1, p. 279-303, 2019.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

POLLAK, _____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200–215, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Aprendendo um pouquinho: história oral e o valor da diferença. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 13–49, abr. 1997.

REIS, L. V. S. *O mundo de pernas para o ar: a Capoeira no Brasil*. São Paulo: Publisher, 1997.

REGO, Waldeloir. *Capoeira angola: ensaio sócio-etnográfico*. Salvador: Lux, 1968.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papirus, 1991.

RIGONI, A. C. C. Corpo feminino e religião: implicações para a educação física escolar. *Movimento & Percepção*, Espírito Santo do Pinhal, v. 10, n. 15, p. 170–182, 2009.

RIGONI, A. C. C.; PRODÓCIMO, E. Corpo e religião: marcas da educação evangélica no corpo feminino. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Brasília, v. 35, n. 1, p. 227-243, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/4VtG8cBPh4xLxtrsbnYzjmG/?lang=pt> Acesso em: 17 dez. 2025.

SILVA, Paula Cristina da Costa. *O ensino-aprendizado da Capoeira nas aulas de educação física escolar*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) -Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. São Paulo: Mórula Editorial, 2019.

WHOQOL GROUP et al. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. *Social science & medicine*, v. 41, n. 10, p. 1403-1409, 1995.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica/pedagogia decolonial. In: *Memorias del*

Seminário Internacional “Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad”. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2007.

Agradecimentos

Nossos sinceros agradecimentos a todos os Mestres de Capoeira, com quem temos aprendido. A Capoeira nos ensina a estar em círculo, em grupo, na troca de olhares e na partilha de saberes, no sentido etimológico da palavra “entrevue”: o ato de ver um ao outro. Os capoeiristas vivem a Capoeira; nós, por nossa vez, tentamos explicá-la e aprendê-la a partir desse exercício de escuta e contemplação de uma manifestação cultural que é, também, expressão de resistência ancestral.

Recebido em 23 de dezembro de 2025

Aceito em 11 de agosto de 2026